

## Saia justa em Abu Dhabi

Por **José Eli da Veiga**

Quanto da energia mundial virá de fontes renováveis no início dos anos 2030? Os prognósticos continuam bem mais céticos que as propostas para compromissos globais.

A participação dos combustíveis fósseis no consumo global de energia primária deverá ter uma "ligeira quebra", passando de 81% em 2010 para 75% em 2035, segundo as circunspectas previsões da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). Assim, metade da nova capacidade instalada do setor elétrico virá das renováveis, lideradas pelas hidroelétrica e eólica, fazendo com que o percentual das mais modernas (não hidro) chegue a 15% em 2035.

São muito mais ambiciosos os ensaios de pactos globais. No tripé de recomendações do Fórum Energético de Viena, em vez desses 25% extra-fósseis em 2035, surge como meta 30% de renováveis para meia década antes. Além disso, ela está vinculada, também para 2030, a um aumento de 40% de eficiência energética, e com acesso universal, como não poderia deixar de ser, a energias limpas, disponíveis e de baixa emissão de carbono.

Já a iniciativa "Energia sustentável para todos", puxada pelo secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, é mais vaga sobre a eficiência e mais concreta sobre as renováveis. Também para 2030, quer um acerto global na Rio+20 para que, além de universalização do acesso, seja dobrada a "taxa de aumento da eficiência" e ao menos também seja dobrada a parte das renováveis "em todos os países". Conforme tópico 70 do documento "O Futuro Que Queremos", lançado há uma semana pela ONU.

Tantas diferenças são sintomas de já puída saia justa: o objetivo de se chegar a um sistema energético global de baixa emissão de carbono continua a ser uma miragem, mesmo depois de duas décadas de políticas climáticas, milhares de programas, iniciativas, regulações, estímulos mercadológicos, e desembolso de centenas de bilhões de dólares em subsídios, fundos, esforços de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ajudas externas, etc. Nada disso permitiu que o peso relativo das energias que menos emitem gases de efeito estufa no consumo final chegasse a 10%, ou que a fatia das renováveis modernas (não hidro) atingisse meros 3%.

Pior: na primeira década deste século houve forte aceleração do aumento de emissões globais de dióxido de carbono. Essa também foi a primeira década em dois séculos com aumento da intensidade dessas emissões, devido à forte retomada do carvão, em contraste com a rápida conversão ao gás natural nos anos 1990.

São fatos diametralmente opostos às alardeadas metas de mitigação do aquecimento global. Segundo o acordo que emergiu no final de 2010 em Cancún, por volta de 2050 o total das emissões globais já terá que ter caído ao menos à

metade, para que a concentração de gases estufa na atmosfera não supere 450 partes por milhão (ppm), nível supostamente capaz de impedir aquecimento superior a 2° C neste século. Mais: a partir daí as emissões terão que diminuir.

Só que essa abordagem supunha decisões muito mais robustas do que as que foram adotadas no mês passado em Durban. O adiamento geral para 2020 não oferece mais chance de apenas 2° C neste século. Para tanto, seria necessário que a partir de 2020 passasse a haver uma redução de no mínimo 5% ao ano das emissões globais. O que é altamente improvável, pois, mesmo na melhor fase histórica de em país rico e desenvolvido como a França, a taxa de redução não superou 4% ao ano. É por isso que já se prevê a marca dos 4° C para os anos 2070, ou mesmo antes, sinalizam alguns modelos climáticos.

Tudo isso numa situação em que 40% da humanidade (2,7 bilhões de pessoas) ainda depende de biomassas tradicionais, principalmente madeira, carvão vegetal e esterco. E que por volta de um quinto (1,4 bilhão de pessoas) permanece sem qualquer acesso à eletricidade, principalmente no sul da Ásia e na África Subsaariana. Em contraste, os 500 milhões mais ricos, que constituem apenas 7% da população mundial, são responsáveis por metade das emissões. Estão em todos os países do mundo e têm renda superior à da média dos que vivem nos EUA.

É impossível deixar de enfatizar, portanto, o grau de radicalidade que será exigido do processo de inovação no âmbito das tecnologias energéticas, combinado a um também radical enfrentamento das desigualdades internacionais e internas a cada nação. A dificuldade não reside apenas no inegável aumento conjuntural dos obstáculos a pactos políticos globais, e sim na imensidão dos desafios colocados pelas imprescindíveis rupturas de inovações revolucionárias, tanto tecnológicas quanto ideológicas.

Acelerar o ritmo dessa dupla mudança no âmbito energético é imperativo que nem de longe pode ser estimulado pelos arranjos institucionais do Protocolo de Kyoto, ou mesmo dos melhores planos nacionais direcionados ao desenvolvimento de energias "limpas". Daí a elegante impotência do "World Future Energy Summit" que se realiza esta semana em Abu Dhabi.

**José Eli da Veiga, professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI/USP) e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), escreve mensalmente às terças.**

[www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)